O BRINCAR COMO INTERVENÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA

SIRLENE NUNES DE SOUZA PEREIRA

RESUMO:

A pesquisa apresentada visa analisar a importância do brincar como intervenção neuropsicopedagógica, sendo que o brincar possibilita a integração, socialização, desenvolvimento psicomotor, interação com o outro, diálogo e além de tudo é signifcativo e prazeroso as crianças. Neste sentido, as intervenções neuropsicopedagógicas com ênfase no brincar irá propiciar as criança uma motivação para superar suas potencialidades e progredir em suas limitações, ao tratar de crianças portadoras de defciência, com difculdades de aprendizagem e na inclusão escolar, o brincar será o recurso primordial para o desenvolvimento integral dos mesmos. O brincar é uma ação natural da criança, é a sua forma de descobrir o mundo que a cerca, apropriar-se de sua cultura, por meio do brincar a interação torna-se alegre, agradável, saudável e dinâmica,

Palavras chave – neuropsicologia, brincar e intervenção.

1. INTRODUÇÃO

Refetindo sobre o tema: O brincar como intervenção neuropsicopedagógico propõe que o brincar propicia benefícios inesgotáveis e desempenha um papel igualmente importante na socialização da criança, permitindo-lhe aprender a partilhar, cooperar, comunicar e a relacionar-se, desenvolvendo a noção de respeito por si e pelo outro, bem como sua autoimagem e autoestima.

Neste sentido, apropriar-se do brincar como intervenção neuropsicopedagógica tem como objetivo propiciar a criança vivência lúdica criativa e estimular o resgate de valores, socializar e interagir com o outro, desenvolvendo o afetivo e o psicomotor.

A metodologia utilizada está embasada em pesquisas bibliográfcas e documental, sendo realizada refexão argumentativa com base nos teóricos.

No primeiro capítulo, relatamos o conhecimento das necessidades especiais, às defciências, os transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, sendo um tema atual e sendo cada vez mais divulgados em fenômenos sociais com publicações em artigos, jornais, mídias e relatos de pais, isso torna visível à inclusão e conhecimento da sociedade, possibilitando o respeito e igualdade a todos.

No segundo capítulo, abordamos o surgimento da neuropsicopedagogia, com um grupo de estudos enfatizados no âmbito da educação especial, das difculdades de aprendizagem, da inclusão escolar e do atendimento multidisciplinar. Também enfatizamos o conceito e o campo de atuação do neuropsicopedagogo, o brincar, jogos e brinquedos como intervenção neuropsicopedagógica que propicia as crianças com necessidades especiais, defciências e transtornos globais uma interação, socialização e desenvolvimento motor.

No capítulo terceiro, compreendemos que as intervenções neuropsicopedagógicas valorizam as crianças com necessidades especiais, pois amplia o repertório e não apenas signifca somente superação, mais sim pertencentes ao espaço, utilizando recursos neuropsicopedagógicos que estimulem o desenvolvimento psíquico, motor, social e afetivo.

Contudo, potencializar o brincar como recurso de neuropsicopedagógico, utilizando recursos como os brinquedos e os jogos educativos favorece positivamente o desenvolvimento do ensino e aprendizagem com as crianças de necessidades educativas especiais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Histórico da neuropsicopedagogia

Em 2008, no estado de Santa Catarina, um grupo de docentes, do curso de pós-graduação, em uma instituição de ensino e pesquisa nesta mesma cidade, foi motivado pelo diretor da instituição, a criar um grupo que promoveria observações e pesquisas, com base em um aguçado senso crítico e movido aos anseios de responsabilidades com o contexto escolar vivenciada na época.

Nesse sentido, criou a produção de novos conhecimentos para que fossem aproveitados em uma perspectiva educacional, indo além de estudos já existentes que evidenciavam apenas o comportamento e as emoções, tendo necessidade de incluir no estudo discussões que envolvessem as neurociências aplicadas à educação, nas especifcidades das aprendizagens escolares.

O grupo uniu o diálogo, pensamento e avaliações relacionados no âmbito da educação especial, das difculdades de aprendizagem, da inclusão escolar e do atendimento multidisciplinar, a partir das concepções transdisciplinares pesquisadas pelo grupo.

Porém, a maior preocupação era embasar suas análises em uma fundamentação que gerasse credibilidade e que os envolves-

sem na compreensão das questões cognitivas, ainda limitadas ao campo dos professores da educação e muito disponível para a área da saúde, psiquiatria e pediatria. Na educação, o direcionamento estava relacionado muito em questões baseadas em orientações, emoções e contextos familiares, limitando ao conhecimento da psicopedagogia e da psicologia escolar.

Com todo esse embasamento, surge o primeiro projeto que envolvia as neurociências aplicadas à educação, nomeado de neuropsicopedagogos, unindo neurociência, psicologia e pedagogia.

Contudo, era apenas o início a uma nova configuração dos profissionais da educação, mais qualificado para lidar com as diversas especificidades e com atendimento multidisciplinar.

Sendo assim, foi fundamental a união de um quadro multiprofissional que entre eles englobasse pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, médicos, psiquiatras infanto-juvenis, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e neurocientistas.

E no dia seis de dezembro de 2008, lançou o primeiro curso de especialização em neuropsicopedagogia, na cidade de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina, no ano seguinte da criação, obtivemos o registro destes primeiros formados com a titulação de neuropsicopedagogia e educação especial inclusiva pelo grupo educacional CENSUPEG, instituição pioneira neste curso.

O estudo deste grupo teve grande repercussão, no entanto ganhou credibilidade por suas ações e atualmente tem um olhar positivo dos profissionais multidisciplinares, na nova área da neuropsicopedagogia.

A atuação da SBNPp (Sociedade Brasileira de neuropsicopedagogia) intensifica seu trabalho na promoção de ações que legitimem e tragam os devidos reconhecimentos para os meuropsicopedagogos,instigando cada vez mais as publicações científicas, o aprimoramento dos testes e tudo o que possa ser relevante à esta nova ciência, em busca de legitimá-la em breve como uma profissão.

2.2 Conceito e campo de atuação do neuropsicopedagogo

Numa visão mais abrangente, pode-se dizer que a neuropsicopedagogia é uma ciência que estuda o sistema nervoso e sua atuação no comportamento humano, tendo como enfoque a aprendizagem.

A neuropsicopedagogia procura fazer inter-relação entre os estudos das neurociências com os conhecimentos da psicologia cognitiva e da pedagogia. Nesse sentido a Sociedade Brasileira de neuropsicopedagogia (SBNPp) através do artigo 10º do Código Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia, enfatiza, portanto que a neuropsicopedagogia aplicada à educação, com interfaces da pedagogia e psicologia cognitiva, que tem como objeto formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional.

O neuropsicopedagogo institucional trabalhará na coletividade dentro dos espaços das instituições escolares, centro e associações educacionais, instituições de ensino superior, terceiro setor, como ONGs, OCIPS entre outros.

Tendo como campo de atuação: observar, identificar e analisar do ambiente escolar as questões relacionadas ao desenvolvimento humano; criar estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem e encaminhar as pessoas atendidas aos outros profissionais quando necessário e contribuir com aspectos específicos que influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento humano.

Entretanto, a SBNPp tem feito constante articulações, visando a melhoria da atuação profissional neuropsicopedagógica.

Sendo que no mês de agosto de 2016, a SBNPp permitiu a nota técnica nº 01/2016, especificando toda a atividade do neuropsicopedagogo,bem como a regulamentação da sua formação.

2.3 Necessidades educacionais especiais

De acordo Sassaki (2005) se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, é fundamental conhecer e usar corretamente os termos técnicos, pois a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente carregados de preconceito, estigmas e estereótipos.

No Brasil, têm ocorrido tentativas de se estabelecer terminologias corretas, ao se tratar principalmente de assunto relativos à deficiência, no intuito de desencorajar práticas discriminatórias.

A expressão “necessidades educacionais especiais” tornou-se bastante conhecida, no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de diminuir ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias adotadas anteriormente para distinguir os indivíduos em sua singularidade, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes, tais como: deficientes excepcionais, subnormais, infradotados, incapacitados, superdotados entre outros.

Embora as necessidades especiais na escola sejam amplas e diversificadas, a atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar. Nessa perspectiva, define como aluno portador de necessidades especiais aquele que apresenta necessidades específicas de aprendizagem curriculares, diferenciadas dos demais alunos e que requeiram recursos pedagógicos, sendo assim classificados alunos com deficiência; alunos com condutas típicas e alunos com superdotação. No Paraná, a Deliberação nº 02/03- CEE, que fixa as normas para a Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema do Ensino do Estado do Paraná, e perspectiva inclusiva (2008), assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais decorrentes. Sendo definido como: deficiências mental, física/ neuromotora, visual e auditiva; II- transtornos globais do desenvolvimento e III-superdotação/altas habilidades.

Essas definições sobre as necessidades educacionais especiais que se seguem abaixo têm como referência o documento: Saberes e práticas da inclusão, recomendações para a construção de escolas inclusivas organizadas pelo MEC, Secretaria de Educação Especial publicado em 2006.

No entanto, deficiência mental/ intelectual adotada atualmente e preconizado nos textos e documentos nacionais, foi proposta pela AAMR- Associação Americana de Retardo Mental. O termo "deficiência mental", uma vez que está deficiência refere-se a uma significativa limitação do funcionamento na área intelectual geral do indivíduo.

A deficiência auditiva é a perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido e manifesta-se como surdez leve/ moderada (perda auditiva até 70 decibéis) ou como surdez severo/profunda (perda auditiva acima de 70 decibéis).

A deficiência visual é a redução ou a perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Pode ser subdividida em cegueira e visão subnormal. A cegueira é ausência ou perda da visão em ambos os olhos, ou num campo visual inferior a 0,1 graus no melhor olho, mesmo com o uso de lentes para a correção. Do ponto de vista educacional, a cegueira leva a necessidade do método Braile como meio de leitura e escrita. A visão subnormal ocorre quando o indivíduo possui uma acuidade visual de 6/20 e 6/60 no melhor olho, após a correção máxima. Sob o enfoque educacional, no caso da visão subnormal, é possível ao educando, ler material impresso a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

No entanto, a deficiência física neuromotora, pode-se definir a deficiência física como uma variedade de condições não sensoriais, que acometem o indivíduo em sua mobilidade, podendo comprometer em maior ou menor grau, o desenvolvimento motor, limitando o andar, a coordenação dos braços, pernas e da fala, resultantes de problemas ou lesões neurológicas, ortopédicas, neuromusculares, ou ainda, de malformações congênitas ou adquiridas. Dentre os principais quadros motores apresentados pela pessoa com algum tipo de deficiência física neuromotora, torna-se difícil encontrar uma classificação que insira todos os possíveis distúrbios motores. Assim, os quadros de maior incidência em alunos matriculados na Educação Básica e Educação de Jovens/ adultos que requerem um apoio mais intenso são:

- Lesão cerebral: paralisia cerebral, hemiplegias (paresias).
- Lesão medular (paraplegia/ tetraplegias).
- Meopatias (distrofas musculares).

Já os transtornos globais do desenvolvimento podem acometer nos indivíduos: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, na comunicação um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se neste grupo alunos com autismo e psicose infantil, que apresentam dificuldades de adaptação escolar e de aprendizagem, associados ou não a limitações no processo de desenvolvimento biopsicossocial, que requeiram apoio e atendimento especializado intenso e contínuo, com acompanhamento nas atividades escolares em classe comum.

As altas habilidades/superdotação, os alunos demonstram notável desempenho e potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isolado ou combinada: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seus interesses.

Embora as classificações e as terminologias sejam criadas para facilitar o trabalho educacional e de certa forma, dinamiza os procedimentos, sabemos que podem também gerar consequência negativa quando são utilizadas para rotular, discriminar ou até mesmo ideias preconceituosas e pejorativas em relação ao indivíduo, pois cada ser humano é único e digno de respeito, independentemente de sua classificação de necessidade especial, cor, raça ou religião.

2.4 A importância do brincar

Diferentemente dos séculos passados que as crianças não eram vistas como seres em desenvolvimento, parte signifcativa da sociedade e estão em constante aprendizado, sendo apenas adultos em miniaturas, tendo vestimentas, comportamento de adultos, preparadas apenas para o futuro e não viver o presente.

A partir do século XX, a criança garantiu seu espaço na sociedade contemplando leis sobre o direito de brincar, valorizando a criança como um ser social que necessita de proteção, direito e cuidados para o seu desenvolvimento cognitivo, psíquico e social.

Segundo Santos, 2007, o brincar é um direito da criança, e este direito é reconhecido com declarações, convenções e leis, como nos mostram a Convenção sobre os Direitos da criança em 1089 e o Estatuto da criança e do adolescente em

90. Todos são conquistas importantes que colocam o brincar como prioridade, sendo direito da criança e dever do Estado, da família e da sociedade, sendo esta uma questão legal e aceita por todos.

Além dos direitos da criança em instrumentos legais brasileiros, como o Estatuto da criança e do adolescente (ECA), a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), existe documentos internacionais que são direcionados aos direitos e proteção das crianças.

Pode-se destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração dos Direitos da Criança e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Portanto, brincar é garantido por lei.

O brincar é uma ação natural da criança, é a sua forma de descobrir o mundo que a cerca, apropriar-se de sua cultura, em como produzir a sua própria cultura. Nas brincadeiras, as crianças não só se socializam como criam e recriam conceitos, em como experimentam e testam novas possibilidades.

É por meio do brincar que a criança aprende a se preparar para o futuro e enfrentar direta ou simbolicamente difculdade do presente. Brincar além de ajudar a descarregar o excesso de energias, é agradável, dá prazer à criança e estimula o desenvolvimento intelectual da mesma. É o que nos afrma Bettelheim (1988): as crianças brincam porque esta é uma atividade agradável e ao brincar exercita a mente, além do corpo, pois ambos estão em desenvolvimento intelectual, ensina sem força-la os hábitos necessários para o seu crescimento.

No entanto, o brincar é um ato espontâneo da criança, faz parte do seu cotidiano e ensina por meio do brincar tornando signifcativo e prazeroso.

De acordo com Bernabeu e Golstein, brincando a criança inventa situações imaginárias nas quais descobrem de forma distraída aspectos da realidade e de si mesma que desconhece. Ao mobilizar na brincadeira seus conhecimentos prévios, pois dão ênfase as atividades interdisciplinar e transversal.

Constatam-se cada vez mais as crianças tornam-se atores, interage, age com as outras crianças, fazem interpretações, sugestões de papéis simbólicos, cria novas brincadeiras e lida com vários tipos de interpretações.

E isso contribui de forma equilibrada para o crescimento, o respeito e o amadurecimento da criança, é importante exercitar e colocar em ação desafos para aumentar e contribuir em suas experiências, além de promover a relação interpessoal entre as crianças e mostrar as regras de convivência, socialização e interação com o outro.

Na educação infantil, visa o desenvolvimento dos aspectos motores, sociais, morais e cognitivo, às brincadeiras confguram-se como instrumentos mediadores que devem ser adotados pela instituição como possibilidade de desenvolvimento da zona de desenvolvimento potencial, conforme afrma Vygotsky.

Contudo, considerar a importância do brincar na infância, elevar em consideração que a criança necessita de momentos lúdicos para expressar seus sentimentos e dialogar com o outro em resoluções de confitos.

Entretanto, a partir do ensino fundamental, o brincar perde seu papel importante e torna-se valorizado apenas aquilo que é meramente reprodutivo.

No processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental, sinônimo de mudanças, é muito importante valorizar a forma como as crianças aprendem, respeitando o tempo de cada criança e levando em consideração a história de cada um, o que sabem sobre a leitura e a escrita, os estímulos que recebem da família, os materiais de leitura que tem contato. ”O comportamento de brincar é uma maneira útil para a criança adquirir habilidades com desenvolvimento social, intelectual, criativo e físico.”.

Ao brincar a criança desenvolve potencialidade; ela compara, nomeia, mede,associa,calcula, classifca, compõe, conceitua e cria.

O lúdico traduz o mundo para a realidade da criança, possibilita o desenvolvimento da sensibilidade, múltiplas habilidades e criatividade, além de aprender a socializar-se com outras crianças e com os adultos.

Com brincadeiras e jogos o espaço escolar pode-se transformar em um ambiente

agradável, prazeroso, de forma a permitir que o educador alcance sucesso. A criação de espaços e tempos para jogos e brincadeiras no ensino fundamental é uma tarefa muito importante que deve ser proporcionada a direcionada, induzindo as crianças a mexer coma imaginação e criação colocando em prática seus conhecimentos.

Porquanto, a atividade lúdica produz entusiasmo, a criança fca alegre, vence obstáculos, desafa seus limites, despende energia, desenvolve coordenação motora e o raciocínio lógico, adquirindo mais confança em si e aprimorando seus conhecimentos.

O brincar não signifca só brincar. Faz parte da cultura de cada criança, de suas tradições que muitas vezes estão inseridas neste meio, possibilitando que se desenvolvam melhor na sociedade e conseguindo alcançar êxito em seus objetivos.

Conforme OLIVEIRA, 2007, o ato de brincar não representa apenas um momento de ócio da criança, ele é normal durante a infância. Em meio a essa atividade tipicamente pueril, o infante também descobre os valores do mundo que o cerca e, assim, constrói como indivíduo pertencente a um grupo social. Dessa forma, elementos responsáveis pelo enraizamento de valores culturais. A transmissão desses princípios é feitas de geração para geração, e atualmente, bastante infuenciada pelos meios de comunicação.

Contudo, a mídia tem grande infuência, muitas vezes de maneira negativa, valorizando apenas o consumismo e não o real signifcado do brincar na vida das crianças.

No entanto, crianças com necessidades especiais, na maioria das vezes, são vistas como incapazes de obter aprendizagens formais. Grande parte o seu tratamento está relacionado às são suas dificuldades. Considerados "sem inteligência", são submetidos a métodos respectivos cujo método é a automatização. De acordo com D'Antino (1997, p.102), na educação ainda se refete a ideologia político-social de qualquer sociedade, há de se tentar compreender a educação especial que hoje temos de conformidade com a sociedade em que vivemos. Sociedade essa que tende exclui as minorias e delas esperar sempre muito pouco. (...) Sabe-se que ideias de isolar e segregar está presente em muitos que pensam na educação dos portadores de defciência, por considerar que sua plena integração social jamais se consolidará numa sociedade competitiva que preconiza o desempenho, a produtividade, a vigor, a beleza, etc.

A integração do indivíduo com necessidades especiais dependerá das relações dialéticas com o seu grupo de vivência. É necessário que haja aceitação da defciência, pois ela é um aspecto que faz parte de sua vida, devendo ser valorizados considerados importantes. Eles apresentam um ritmo lento de aprendizagem e difculdades de abstração, é preciso que as propostas de intervenção neuropsicopedagógicos sejam adequadas as suas condições. O ensino desses alunos deve partir de atividades concretas, lúdicas, diversifcadas, despertando o interesse e a motivação para aprender, deve ser considerado o caráter dispersivo que eles demonstram, selecionando atividades de curta duração, visando o tempo de acordo com suas possibilidades, buscar a progressão da aprendizagem.

A criança com necessidades especiais é que seja capaz de atingir um pensamento lógico, porém necessita de uma intervenção um mediador que facilite a relação com o outro, baseada no respeito e reciprocidade.

No que tange Santos, 2000, p.34, a atividade lúdica através de jogos é necessária e serve de estímulo para a interação, para o desenvolvimento ajudando na autoestima das crianças, oportunizando uma aprendizagem prazerosa e signifcativa.

O brincar faz parte do desenvolvimento humano e deve ser utilizado como um recurso para as intervenções neuropsicopedagógica, nas interações sociais, respeitando as limitações dos indivíduos.

2.5 Jogos Educativos

De acordo com o dicionário Aurélio, jogo é defnido como: 1) atividade física ou mental organizada por um sistema de regras que defnem a perda ou o ganho, exemplo: jogo de dama; jogo de futebol. 2) Brinquedo, passatempo, divertimento: jogo de armar; jogo de salão.3) Passatempo ou loteria sujeito a regras e no qual às vezes se arrisca dinheiro; jogo de cartas: jogo do bicho (...).

O jogo para as crianças tem uma importância muito grande, pois é por meio deste que a criança aprende sobre diversos aspectos importantes ao desenvolvimento do ser humano.

No que tange o jogo, Kishimoto (1998), diz que: tanto o jogo, brinquedos e brincadeiras, são termos que terminam se misturando. As diversas brincadeiras, jogos, faz de conta, sensório motor, intelectual, individual. Coletivos, mostram as multiplicidades das categorias de jogos.

Ressalta Kishimoto (1993, pg.15), os jogos têm diversas origens e culturas que são transmitidas pelos diferentes jogos e formas de jogos. Este tem função de construir e desenvolver uma convivência entre as crianças estabelecendo regras, critérios e sentidos, possibilitando assim um convívio mais social e democrático, porque enquanto manifestação espontânea da cultura popular, os jogos tradicionais têm a função de perpetuar a cul-

tura infantil e desenvolver formas de convivência social.

Atualmente, já há algumas intervenções elaboradas de jogos e brincadeiras que exigem mais raciocínio lógico das crianças. Essas atividades terminam favorecendo o desenvolvimento de habilidades motrícias e sensoriais e estimulam o raciocínio, ou seja, jogos de construção são considerados de grande importância por enriquecer a experiência sensorial, estimular a criatividade e desenvolver as habilidades das crianças.

A importância dos jogos como prática neuropsicopedagogica na educação evidencia a sua função como estimulador e motivador do processo de aquisição de novos conhecimentos propiciando um ambiente favorável e atrativo para as crianças portadoras de necessidades especiais.

No entanto, a utilização dos jogos e sua aplicabilidade nesse contexto preconizam uma atividade para a qual as crianças necessitam evidenciar domínio e consciência quanto aos objetivos propostos, evitando que as ações se limitem simplesmente ao seu aspecto lúdico.

2.6 Brinquedo

O brinquedo tem relação com a aprendizagem, sendo algo educativo. No momento em que confecciona um brinquedo, aprende com o seu trabalho, por transformar matéria-prima oriunda da natureza em objetos novos, que vão se constituir em um novo objeto, ou seja, novo brinquedo.

Segundo Oliveira (1984, pg.44), o brinquedo educativo se auto define como agente de transmissão metódicas de conhecimento e habilidades que, antes de seu surgimento, não eram veiculadas as crianças pelos brinquedos. Simboliza, portanto, uma intervenção deliberada no lazer infantil no sentido de oferecer conteúdo pedagógicos ao entretenimento, deliberada no lazer infantil no sentido de oferecer conteúdos pedagógicos ao entretenimento da criança.

Portanto, o brinquedo fornece subsídios, desafios e ações que transformam em criatividade, sensibilidade, imaginação e aprendizado significativo à criança.

Toda criança aprecia o brinquedo, independentemente do tamanho ou da qualidade. Enquanto objeto, ele é sempre suporte de brincadeira, e a brincadeira nada mais é do que ação que a criança desenvolve ao realizar as regras do jogo, ou seja, ação de ludicidade.

Segundo Kishimoto (1999, p.18), diferindo do jogo, brinquedos supõe uma relação íntima com a criança e uma indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regras que organiza sua utilização.

A partir desse momento, brinquedo pode gerar um sentimento mais próximo onde em algumas situações o amigo não consegue construir tornando com isso o melhor amigo que fala, ouve e sente, pois a criança vive num mundo de imaginação no qual seu brinquedo de fcção acaba ganhando vida e ao mesmo tempo sentimento.

Nessa perspectiva, a criança amplia no brinquedo todas as suas sensibilidades, pois este vai permitir a ele curiosidade e conhecimento ao mesmo tempo. No entanto, por meio do brinquedo que a criança faz sua incursão no mundo, trava contato com os desafos e busca, com isso, o conhecimento dos elementos. Muitas vezes, a criança é levada a destruir alguns brinquedos na busca do entendimento e conhecimento dos mesmos. Com isso, ela quebra e tenta consertar e daí, vem o descobrimento e conhecimento do seu brinquedo.

Kishimoto (2003) comenta que o uso do brinquedo/jogo educativo com fns de intervenção de aprendizado remete no desenvolvimento infantil. Se considerarmos que a criança aprende de modo intuitivo, adquirindo noções espontâneas, em processos interativos envolvendo o ser humano inteiro com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolver essas habilidades no processo de aprendizagem.

Com o brinquedo a criança consegue reinventar e mostrar vários signifcados a um mesmo brinquedo, criando possibilidades, imaginação e brincando com outras crianças propiciando a socialização e compartilhando o mesmo.

É de grande relevância também regatar brinquedos tradicionais que fazem parte da cultura, porém muitas vezes esquecidos por motivo da tecnologia. O resgate de brinquedos como: pião, bolinha de gude, pipa, corda, bola entre outros, essas intervenções neuropsicopedagógicas além de signifcativas irão ampliar o repertório dessas crianças, que muitas vezes não são valorizadas e potencializadas por terem alguma limitação motora ou de aprendizagem.

Entretanto, o brinquedo é essencial para a criança, sendo o veículo do crescimento que dá a criança a oportunidade de explorar o universo.

3. CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou trabalhar a importância do brincar no desenvolvimento da criança, como intervenção neuropsicopedagógica, propiciando benefícios às crianças com necessidades educativas especiais.

A pesquisa iniciou abordando uma tra-

jetória sobre a história da neuropsicopedagogia, do conceito do neuropsicopedagogo, assim, foi propiciando o estudo das terminologias corretas. Além disso, foram apresentados a importância do brincar, jogos educativos e a utilização do brinquedo. Esses temas foram relevantes ao processo de ensino e aprendizagem.

No estudo apresentado, o neuropsicopedagogo tem o papel de intervir de maneira signifcativa, possibilitando o atendimento individualizado a crianças com necessidade educativa especiais, buscando propostas que possam ir além de suas limitações e superando suas potencialidades. Ao longo da pesquisa foram destacados a importância do neuropsicopedagogo trabalhar em parceria com outros profssionais sendo esses: fsioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas entre outros.

No entanto, o brincar, conforme se observou por meio de levantamento bibliográfco, passou por um processo histórico e atualmente é reconhecido como direito da criança. O lúdico sempre esteve presente na vida da criança e é fundamental para o desenvolvimento humano e por meio do brincar as crianças desenvolvem o social, o psíquico e motor.

Foram relatados a relevância dos jogos como prática neuropsicopedagógica na educação, pois evidencia a sua função como estimulador e motivador do processo de aquisição de novos conhecimentos, propiciando um ambiente favorável e atrativo para as crianças portadoras de necessidades especiais.

Ao longo da pesquisa também houve o estudo do brinquedo. O brinquedo tem relação com a aprendizagem, sendo essencial para as crianças, é o veículo do crescimento que da a ela a oportunidade de explorar o universo.

Ao fnalizar o presente estudo, concluiu-se que o neuropsicopedagogo tem papel fundamental na intervenção como o brincar, os jogos educativos e o brinquedo, possibilitando quando necessário parcerias com outros profssionais. Isto propicia um enriquecimento e avanços positivos às crianças com necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS

CENTRO SUL- Brasileiro de pesquisa, extensão pós-graduação- CENSUPEG. Guia discente e orientações para tcc. Artigo científco. Joinville, 2011.

KISHIMOTO, T.M (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 3ª ed. São Paulo: Cortez 1998.

----------, Jogo, brinquedo brincadeira e a educação. São Paulo: Cortês, 1999.

----------, (org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneiras, 2002.

----------, (org.). Jogo, brinquedo, brincadeiras e educação. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, G.D.C.Psicomotricidade. Petrópolis: Vozes, p.27,1997.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 7ª ed. Rio de Janeiro, WVA, 2006.

SBNPp. O que é neuropsicopedagogia. Disponível no site: http://www.sbnpp.com.br/o-que-e-neuropsicopedagogia/

----------, Código de ética técnico profssional da neuropsicopedagogia. Disponível online em: www.sbnpp.com.br